



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

CONFLITOS AMBIENTAIS RELACIONADOS À PESCA ARTESANAL NA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA

Juliana Hubner^(a), Andrine Longaray^(b), Kelen Veiga^(c), Gracieli Trentin^(d),
Liandra Peres Caldasso^(e), Márcia Borges Umpierre^(f), Tatiana Walter^(g)

^(a) Tecnóloga em Gestão Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, juh_hubner@hotmail.com

^(b) Tecnóloga em Gestão Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, dinelongaray@hotmail.com

^(c) Mestre em Biologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Federal do Rio Grande, rveiga.kelen@gmail.com

^(d, g) Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, gracieli.trentin@furg.br; tatianawalter@gmail.com

^(e, f) Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande, liandra.caldasso@furg.br; mbumpierre@furg.br

Eixo: Zonas costeiras: processos, vulnerabilidades e gestão

Resumo

O trabalho teve como objetivo identificar e mapear os conflitos ambientais que abrangem a comunidade pesqueira artesanal na zona costeira brasileira, de forma a proporcionar maior visibilidade aos atores sociais, vitimizados pela desigualdade e injustiça ambiental, em favor de projetos econômicos. Para esta análise foram utilizados os dados do “Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil” elaborado pela FIOCRUZ, de forma a sistematizar uma proposta metodológica focada nos conflitos presentes nos estados costeiros do país e relacionados com a pesca artesanal. Os resultados apontam os estados da Bahia (14), Ceará (12) e Rio de Janeiro (9) com maior número de conflitos na pesca. Entre as principais atividades econômicas geradoras de conflito na pesca artesanal destacam-se a indústria química e de petróleo/gás (35,62%), portos e estaleiros (32,88%), predominantes nas regiões sul e sudeste, e turismo (30,14%) e atividades pesqueiras e carcinicultura (24,66%), com maior incidência nas regiões norte e nordeste do país.

Palavras chave: conflitos ambientais, pesca artesanal, zona costeira, gestão ambiental, vulnerabilidade social.



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

1. Introdução

Os conflitos ambientais originam-se a partir de diferentes pontos de vista entre os grupos sociais, diante dos significados que estes atribuem a um mesmo território de ocupação. Envolvem grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significado de território e são originados por impactos indesejáveis, que ameaçam a continuidade das atividades destes grupos (ACSELRAD, 2004). É válido destacar que, conforme Cruz e Leoncio (2013), as áreas costeiras passaram por um processo de ocupação desordenada ao longo dos anos, o que trouxe consigo diferentes conflitos.

Com intuito de entender como estes conflitos se distribuem nos estados que compreendem a zona costeira brasileira, o objetivo deste trabalho foi identificar, mapear e propor uma análise para os conflitos nesta área com foco nos conflitos relacionados à pesca artesanal, buscando identificar as atividades geradoras destes conflitos. A importância de tal análise se dá em decorrência da manifestação dos grupos impactados por atividades econômicas e/ou políticas públicas que deflagram o acesso desigual ao ambiente (ACSELRAD et al., 2004), dentre as quais estão os diversos núcleos de pescadores(as) artesanais na zona costeira (TOMÁZ; SANTOS, 2016). Além disto, cabe destacar a importância da presente proposta, uma vez que carecem mapeamentos específicos para a pesca artesanal.

2. Materiais e Métodos

Com foco em uma maior compreensão dos conflitos que abrangem as atividades pesqueiras artesanais para os estados que compreendem a zona costeira brasileira, foi realizada uma pesquisa em alguns observatórios de conflitos, como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Observatório de Conflitos do Extremo Sul e o Gesta MG – Observatório de Conflitos de Minas Gerais. Este último foi consultado pela abordagem dos conflitos, embora não tenha relação direta com a zona costeira, subsidiando as análises e organização dos dados. Após a consulta, tomou-se por base as informações disponíveis no Mapa de Conflitos e



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil, elaborado e disponibilizado pela FIOCRUZ (<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>), por ser o observatório que contém os dados que abrangem toda a área de estudo, além de apresentar informações com maior detalhamento sobre os conflitos ambientais.

A partir do acesso e leitura das fichas completas dos conflitos ambientais situados nos estados que abrangem a zona costeira, conforme o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC II (BRASIL, 1997), foram selecionadas e sistematizadas as fichas relacionadas aos grupos sociais que tinham a pesca artesanal enquanto parte do seu processo produtivo. Os grupos sociais selecionados partiram de sua autodenominação como pescadores artesanais, marisqueiras, caiçaras, quilombolas ou outros.

Para a compilação dos dados foram destacados os atores sociais envolvidos e as atividades geradoras de injustiça ambiental a partir dos conflitos analisados. Estes itens foram subdivididos conforme o tipo de conflito apresentado em cada caso. Os dados dos conflitos foram organizados em tabela e banco de dados inseridos em Sistema de Informação Geográfica (SIG), o que permitiu análises de cunho espacial dos conflitos da zona costeira utilizando a base cartográfica disponibilizada pelo IBGE (2016). Na análise dos conflitos ambientais buscou-se também realizar uma leitura entre os resultados desta pesquisa, com foco na pesca artesanal, e a análise apresentada em Porto et al. (2013) que tem por base os dados apresentados no mapa de conflitos da FIOCRUZ, utilizado como base para a construção do banco de dados desta pesquisa (pesquisa direcionada).

Durante a construção do banco de dados verificou-se a necessidade de inserir alterações aos itens elencados pela FIOCRUZ. Isso ocorreu principalmente pelo fato de haver eventos geradores de impactos na atividade pesqueira que, em geral, não eram de grande relevância para os demais casos estudados. Entre as atividades geradoras de injustiça ambiental incluídas nesta pesquisa estão o turismo e os portos e estaleiros. Estas atividades foram inseridas, uma vez que ao longo da leitura e análise das fichas dos conflitos, percebeu-se sua influência diretamente na geração de conflitos com a pesca artesanal.



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

3. Resultados e Discussões

A zona costeira brasileira abrange 17 estados costeiros (Figura 1), especificamente 512 municípios (PIRAJÁ JUNIOR, 2007). Foi constituída pela Lei 7.661, de 16/05/1988, possui aproximadamente 7.400km de extensão, com largura variando entre 70 a 480km. Esta zona abriga um mosaico de ecossistemas que possuem grande relevância ambiental, considerando a transição entre ambientes terrestres e marinhos (BRASIL, 1997). Destaca-se pela sua relevância geopolítica, pela maior pressão populacional, considerando o processo histórico de ocupação, aliada ainda à intensidade relativa às atividades econômicas que são desenvolvidas e seus impactos sobre o ambiente, os quais recaem também sobre as comunidades que dependem ambientalmente desta área, caso de pescadores(as) artesanais.

A partir do Mapa de Conflitos da FIOCRUZ foram analisados 339 conflitos, abrangendo os 17 estados que compõem a costa brasileira. Os Estados com maior número de conflitos ambientais foram São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, correspondendo a 41, 37 e 34, respectivamente (PORTO et al., 2013). No recorte envolvendo os conflitos relacionados à zona costeira, considerando os grupos sociais que apresentam a pesca artesanal como meio de subsistência, foram encontrados 73 conflitos ambientais. Nas análises direcionadas, Bahia (15), Ceará (12) e Rio de Janeiro (10) foram os estados com maior destaque (Figura 1).

Os resultados denotam que os grupos sociais da zona costeira, que possuem na pesca artesanal seu principal ou parte do seu meio de vida, encontram-se envolvidos em conflitos ambientais que apresentam especificidades. Estas, se relacionam principalmente às atividades geradoras de conflito, aos impactos gerados e aos danos à saúde quando comparados à distribuição dos conflitos ambientais em todo o país, incluindo os demais grupos sociais. De acordo com Vasconcellos et al. (2007), há uma clara situação de injustiça ambiental, em que os pescadores e comunidades do entorno são os principais atores vítimas de problemas ambientais decorrentes de impactos, ampliando, desse modo, sua vulnerabilidade social.



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

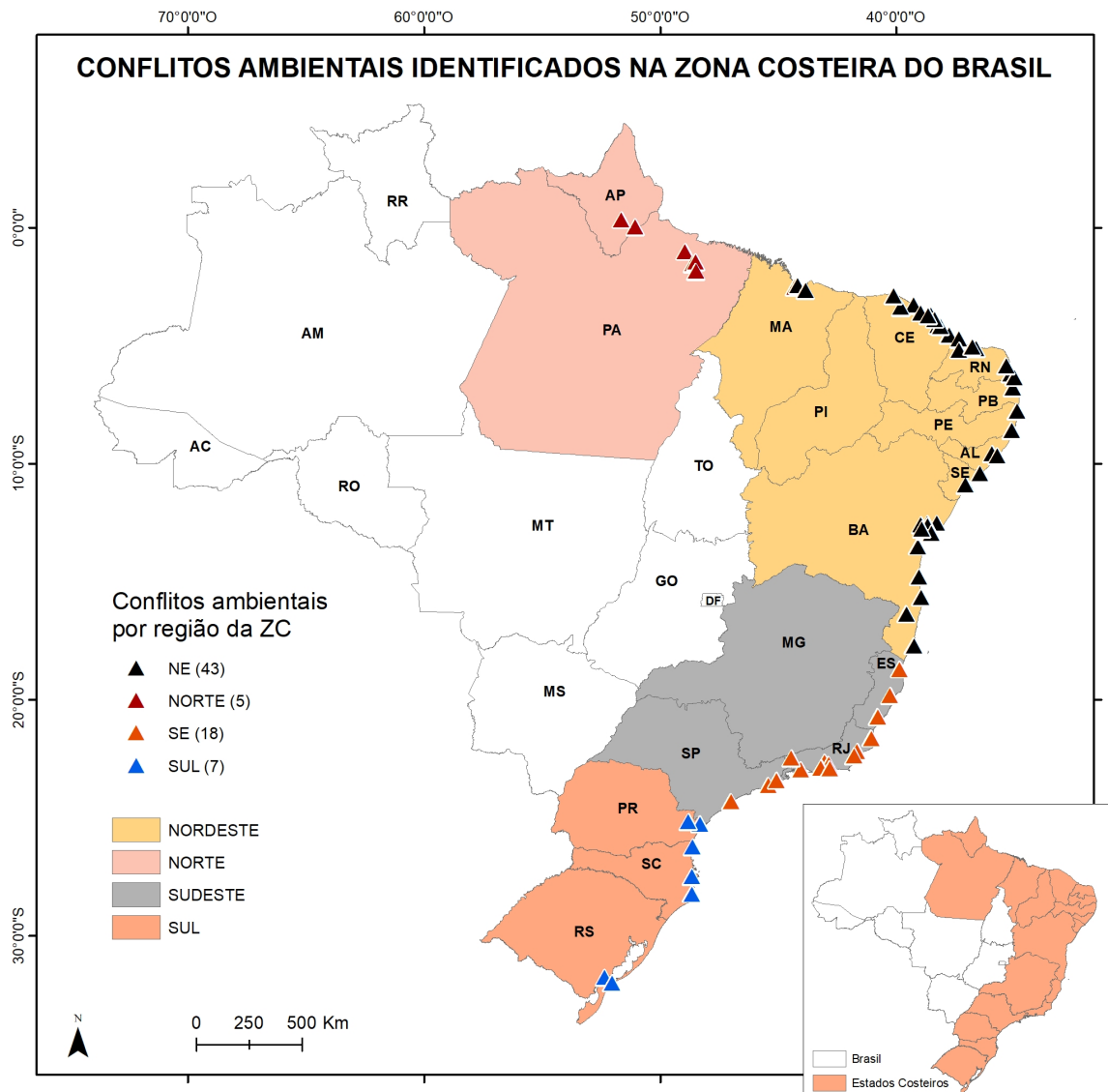


Figura 1 – Estados que compreendem a zona costeira brasileira e a distribuição dos conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais.
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do “Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” (2013).

De acordo com a análise dos dados do mapa de conflitos da FIOCRUZ e de Porto et al. (2013), 33,67% dos conflitos ambientais correspondem à população indígena, enquanto que na pesquisa direcionada, o grupo social de maior abrangência no que diz respeito aos



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

conflitos é o formado pelos pescadores artesanais (77,27%) (Tabela 1). Os dados encontrados evidenciam a necessidade de uma maior atenção para os pescadores artesanais e os conflitos ambientais que implicam na alteração de suas atividades de subsistência. Diante disto Walter et al (2018) abordam que esse atores possuem seus modos de vida afetados pelas atividades econômicas hegemônicas, fato que culmina em impossibilidades da manutenção da atividade tradicional. Neste processo, as autoras situam a importância do planejamento de ações (como Programas de Educação Ambiental) que venham a contribuir para a autonomia e melhora na qualidade de vida deste grupo (WALTER et al., 2018).

Tabela 1 – Participação dos grupos sociais envolvidos nos conflitos gerados que possuem a pesca artesanal como meio de vida.

Grupo Social	Número de Conflitos Ambientais (FIOCRUZ) (%)	Número de Conflitos Ambientais (Análise Direcionada) (%)
Pescadores(as) Artesanais	14,81%	78%
Marisqueiras	2,02%	27%
Caiçaras	3,03%	14%
Ribeirinhos	13,47%	14%
Quilombolas	21,55%	33%
Indígenas	33,67%	21%

*Um mesmo conflito pode recair sobre mais de um grupo, por isso totalizam mais de 100%.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do “Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” (2013).

As atividades geradoras de injustiça ambiental mais recorrentes, de acordo com o mapa de conflitos da FIOCRUZ, foram a atuação de entidades governamentais (52,86%) e monocultura (33,67%). Na pesquisa direcionada, o destaque ficou para a indústria química e de petróleo/gás (35,62%), portos e estaleiros (32,88%), turismo (30,14%) e atividades pesqueiras e carcinicultura (24,66) (Figura 2).



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

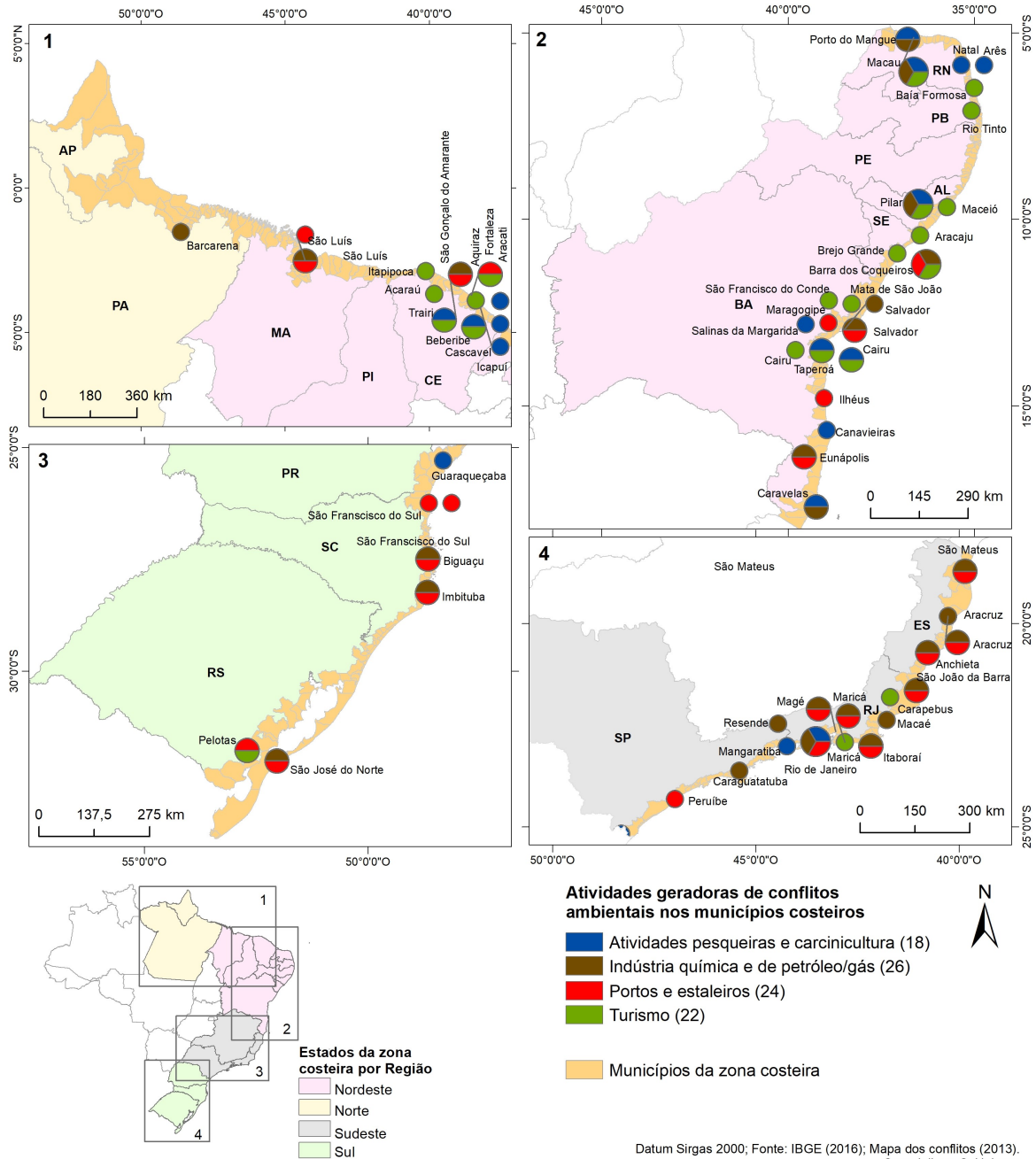


Figura 2 – Distribuição das principais atividades econômicas geradoras de conflitos ambientais sobre os(as) pescadores(as) artesanais na zona costeira.
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do “Mapa de Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” (2013).



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

De acordo com a Figura 2 é possível perceber que há uma maior concentração de conflitos ambientais relacionados às atividades de turismo e pesca industrial e carcinicultura nas regiões norte e nordeste do país. Por outro lado, nas regiões sul e sudeste, as atividades relacionadas à indústria química e de petróleo/gás e os portos e estaleiros são predominantes.

Em referência às atividades petrolíferas, destaca-se como característica a apropriação dos territórios aquáticos e terrestres. Estes fatores geram, por consequência, a inviabilidade na manutenção e reprodução social dos(as) pescadores(as) artesanais (PASSOS et al., 2017). Os autores relatam ainda que grandes empreendimentos como portos e estaleiros geram enormes impactos à pesca artesanal, como acidentes, perda de equipamentos, perda de áreas de pesca, dentre outros, indo ao encontro dos resultados deste trabalho.

Quanto à atividade de turismo, Machado e Gomes (2014) abordam que juntamente com a expansão urbana ocorre o crescimento na atividade turística. Este fato, conseqüentemente, ocasiona sobreposição com o espaço ocupado pelos(as) pescadores(as) artesanais. Machado e Gomes (2014), também trazem a reflexão sobre os avanços da exploração da indústria pesqueira sobre as áreas de pesca artesanal, a qual não considera a importância do território para a reprodução dos(as) pescadores(as) artesanais. De acordo com as autoras, tanto o turismo quanto a indústria pesqueira geram entraves à manutenção da atividade de pesca tradicional, fato que reflete o resultado do presente trabalho.

4. Considerações Finais

Os resultados evidenciaram 73 conflitos envolvendo pescadores(as) artesanais nos estados que constituem a zona costeira. As principais atividades geradoras destes conflitos se referem à indústria química e de petróleo/gás, portos e estaleiros, turismo e atividade pesqueira e carcinicultura. Estão distribuídas ao longo dos municípios costeiros, com maior concentração dos conflitos ambientais relacionados às atividades de turismo e pesca industrial e carcinicultura nas regiões norte e nordeste do país e indústria química e de petróleo/gás e os portos e estaleiros nas regiões sul e sudeste.



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

Os impactos ambientais elencados na pesquisa direcionada apresentaram diferença em relação aqueles encontrados nas análises elaboradas pela FIOCRUZ a partir do mapa de conflitos. Isso se deve ao fato de que provavelmente os aspectos abordados na primeira tem o direcionamento voltado a uma atividade tradicional específica, enquanto que na segunda, são conflitos ambientais de âmbito mais geral.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, é notória a preocupação com os atores sociais que possuem maior vulnerabilidade, tendo em vista que estes são, em geral, aqueles que possuem pouca visibilidade no que diz respeito às reivindicações e demandas oriundas, muitas vezes, destes conflitos. Isso se dá, principalmente, por estas comunidades sofrerem ao receberem diretamente os impactos negativos, resultando em alterações no equilíbrio ecológico do ambiente, imprescindível para a subsistência destas. Por fim ressalta-se a importância da continuidade da pesquisa, dando ênfase ao mapeamento de conflitos que envolvam a pesca artesanal, além da relevância quanto ao desenvolvimento de metodologia que atue diretamente no levantamento e análise de conflitos ambientais associados à atividade pesqueira artesanal.

Agradecimentos

“A realização do Projeto de Pesquisa de Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll 2004.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

BRASIL. Comissão Internacional para os Recursos do Mar – CIRM. Resolução nº 005 de 03 de dezembro de 1997. Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGC II). Brasília, 1997.

CRUZ, B. O.; LEONCIO, R. C. C. Metrópole do Rio de Janeiro: A condição de trabalho do pescador artesanal na Baía de Guanabara. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS, 2, 2013, **Anais...** Bahia. Grupos Costeiros, 2013. p. 1 – 13

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapas. 2016. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/arquivos-raster.html>>. Acesso em: 16/05/2017.

PIRAJÁ JÚNIOR, C. M. A zona costeira brasileira como área de proteção às tartarugas marinhas. **Revista eletrônica Direito e Política**. v.2, n.3, p. 291 – 309, 2007.

MACHADO, C. B. G.; GOMES, M. F. V. B. Territorialidade e os Conflitos da Pesca Artesanal na Colônia Z\$ - Barra Velha/SC. **Bol. Geogr.**, Maringá, v. 32, n. 3, p. 170-187, 2014

MELLO, L. R. et al. A saúde dos trabalhadores da pesca artesanal da estação ecológica de Juréia-Itatins – Peruibe/SP. **UNISANTA Law and Social Science**, v.1, n.1, p. 12 – 15, 2012.

PASSOS, W. S.; ALMEIDA, E. T. V.; CRUZ, J. L. V. Os impactos dos grandes projetos sobre as comunidades atingidas: o caso do Norte Fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 17, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2017. p. 1-15.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

TOMÁZ, A. F.; SANTOS, G. **Conflitos Socioambientais e Violação de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES – CPP. Brasília/DF, 2016.

VASCONCELOS, M.; DIEGUES A. C. S.; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A. L. (Org.). **Nas Redes da Pesca Artesanal**. Brasília: IBAMA - MMA, 2007. p.15-83.

WALTER, T.; CALDASSO, L. P.; FISCHER, J.; ALMEIDA, I. F. Por uma racionalidade ambiental: Reflexões acerca dos regramentos propostos para a pesca da tainha no estuário da Lagoa dos Patos/RS. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 23, n.1, p. 31-53, 2018.